


REVOLUÇÕES BRINCANTES EM ÁREAS PROTEGIDAS: OS SIGNIFICADOS DAS PRÁTICAS DE LAZER CAIÇARA NO PARQUE ESTADUAL DA COSTA DO SOL (RJ)¹

Recebido em: 06/04/2024

Aprovado em: 23/08/2024

Licença: 

*Yasmin Xavier Guimarães Nasri*²

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Juiz de Fora – MG – Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-9679-9157>

*Marta de Azevedo Irving*³

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Rio de Janeiro – RJ – Brasil

<https://orcid.org/0000-0003-2677-818X>

*Samira Lima da Costa*⁴

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Rio de Janeiro – RJ – Brasil

<https://orcid.org/0000-0003-4891-0436>

RESUMO: O campo dos estudos do lazer traduz, em grande parte, uma visão de mundo moderno-ocidentalizado, herdada de uma perspectiva histórica de tradição cartesiana homogeneizante. Sob esta perspectiva, as diferentes dimensões da existência vêm sendo fragmentadas, com o intuito de explicar a realidade, por uma perspectiva simplista e limitada. No entanto, esse movimento tende a silenciar experiências complexas, sobretudo nos territórios do *Sul Global*. No sentido de contribuir para uma discussão epistemológica descolonial sobre o tema, o objetivo deste artigo é decodificar o significado das práticas de lazer nas narrativas das populações caiçaras, em conexão com o Parque Estadual da Costa do Sol, uma Unidade de Conservação (UC) de Proteção Integral que integra um mosaico diversificado de áreas protegidas, no estado

¹ Este estudo foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, por meio de bolsas de doutorado e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

² Pós-doutorado (em andamento), doutorado e mestrado no Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS), do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora Substituta do Departamento de Turismo, no Instituto de Ciências Humanas (ICH) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

³ Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS/IP/UFRJ) e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (PPED/IE/UFRJ).

⁴ Professora Associado III do Departamento de Terapia Ocupacional (FM/CCS) e vice superintendente de Saberes Tradicionais da UFRJ. Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e pós doutora em Antropologia pelo PPGAS da UnB.

do Rio de Janeiro. Como caminho metodológico, a pesquisa se apoiou em levantamento bibliográfico e, na produção de narrativas caiçaras. A escuta atenta dessas narrativas possibilitou a identificação de 12 eixos interpretativos sobre os significados contra hegemônicos de lazer na UC em questão. Sob a perspectiva local, o significado do lazer está vinculado, principalmente, à luta pela transformação social, a partir da vivência lúdica da cultura no cotidiano comunitário, com base no engajamento para o fortalecimento dos laços sociais e para a conexão com a natureza.

PALAVRAS-CHAVE: Lazer. Áreas protegidas. Caiçaras.

PLAYFUL REVOLUTIONS IN PROTECTED AREAS: THE MEANINGS OF THE CAIÇARA LEISURE PRACTICES IN THE COSTA DO SOL STATE PARK (RJ)

ABSTRACT: The field of leisure studies translates, to a large extent, a modern-westernized worldview, inherited from a historical perspective of a homogenizing Cartesian tradition. From this perspective, the different dimensions of existence have been fragmented, in order to explain reality, by a simplistic and limited perspective. However, this movement tends to silence complex experiences, especially in the territories of the Global South. In order to contribute to a decolonial discussion on the topic, the objective of this article is to decode the meaning of leisure practices in the narratives of caiçara populations, in connection with the Costa do Sol State Park, a Conservation Unit (CU) of Full Protection that integrates a diversified mosaic of protected areas in the state of Rio de Janeiro. As a methodological path, the research was based on a bibliographic survey and the production of caiçara narratives. Attentive listening to these narratives made it possible to identify 12 interpretative axes on the counter-hegemonic meanings of leisure in the CU in question. From the local perspective, the meaning of leisure is mainly linked to the struggle for social transformation, based on the playful experience of culture in the daily life of the community, based on engagement to strengthen social ties and connect with nature.

KEYWORDS: Leisure. Protected areas. Caiçaras.

Introdução

O paradigma ocidental de simplificação e fragmentação da realidade está no cerne de construção das narrativas que estruturam o pensamento moderno-colonial dominante. Esse modo de perceber o mundo está baseado na lógica da racionalidade cartesiana que dissocia sujeito e objeto, corpo e mente, razão e afeto, natureza e cultura (MORIN; KERN, 1995). No entanto, esse modelo de desenvolvimento hegemônico, sustentado por uma única perspectiva de mundo, tende a não reconhecer a complexa

constelação dos modos de vida, organização e reprodução comunitárias contra hegemônicos, pulsantes, sobretudo, no *Sul Global* (KRENAK, 2019; 2020).

Nesse contexto, é importante reconhecer que entre as práticas coletivas contra hegemônicas, capazes de criar espaços dialógicos e trocas de experiências entre os atores sociais, a vivência lúdica das práticas culturais por meio do lazer representa uma real potência, no sentido de inspirar novos modos de criação coletiva nas relações sociais e com a natureza.

Contudo, essa via potencial está permeada por obstáculos, uma vez que o próprio campo de estudos do lazer é influenciado por uma leitura colonial, predominantemente funcionalista, que privilegia, desde a sua gênese, o significado de evasão do mal-estar proveniente das longas jornadas de trabalho (GOMES *et al.*, 2009; AROSTEGUY, 2018), progressivamente, associado também, ao desejo crescente de fuga do mal-estar da crise civilizatória (MAURÍCIO *et al.*, 2021). Uma outra leitura que influencia esse campo de reflexão é aquela permeada pelo viés mercadológico do lazer, articulada aos pressupostos do capitalismo global, que o interpreta na articulação com a indústria do entretenimento de massas, com o objetivo claro de estimular a produção de desejos e consumo (MASCARENHAS, 2005).

No contrafluxo dessa tendência, este artigo se inspira em uma leitura contra hegemônica e latino-americana sobre o lazer, a partir do convite de Gomes (2017) que denuncia a “colonização teórica” nesse campo de estudos, identificando pistas teórico-conceituais e metodológicas para o registro de saberes e práticas culturais comunitárias associados ao tema, na América Latina (GOMES *et al.*, 2009; GOMES, 2011), muitos dos quais silenciados e invisibilizados no movimento de imposição epistemológica e de colonização subjetiva.

Com base nesses antecedentes, o objetivo deste artigo é decodificar o significado das práticas de lazer nas narrativas das populações caiçaras, em conexão com o Parque Estadual da Costa do Sol (PECS), uma Unidade de Conservação (UC) de configuração multissetorial em 43 fragmentos, envolvendo 9790,44 hectares e, também, uma das principais UCs de Proteção Integral do estado do Rio de Janeiro, em termos de biodiversidade e fluxos turísticos.

Situada na Região Turística da Costa do Sol (RTCS) e sob forte pressão dos setores turístico e imobiliário, essa UC é fundamental também para as salvaguardas da natureza e cultura local, abrigando importantes remanescentes de Mata Atlântica e ecossistemas litorâneos, bem como modos de vida tradicionais em territórios quilombolas, caiçaras e de pescadores artesanais da região. Nesse contexto, a presente pesquisa adquire relevância para o resgate das práticas comunitárias, silenciadas pelo processo de homogeneização cultural e por uma leitura hegemônica sobre o lazer resultante de uma perspectiva capitalista/neoliberal de desenvolvimento que vincula às naturezas e às culturas, um sentido utilitário. Assim, a pesquisa busca iluminar a diversidade de lazeres possíveis, imbuídos de significados contra hegemônicos, experimentados pelos coletivos caiçaras, foco do presente estudo, por sua importância e protagonismo regional, na luta por reconhecimento enquanto comunidade tradicional da RTCS.

Com base no objetivo formulado, este artigo está organizado em cinco seções, além desta introdução. A primeira apresenta os procedimentos metodológicos da pesquisa. A segunda sintetiza a reflexão sobre o lazer, pela perspectiva comunitária e latino-americana. A terceira introduz um breve panorama sobre o lazer comunitário na UC focal deste estudo. A quarta seção apresenta os resultados alcançados na pesquisa.

As Considerações Finais sintetizam as reflexões decorrentes dessa imersão acadêmica, buscando delinear algumas pistas capazes de decodificar os significados contra hegemônicos do lazer no território estudado, visando, ainda, inspirar pesquisas futuras sobre o tema.

Metodologia

A pesquisa bibliográfica foi iniciada a partir da definição de um conjunto de termos relevantes para a questão de pesquisa, como “Lazer”, “Povos e Comunidades Tradicionais”, “Caiçaras”, “Decolonialidade”, “Áreas Protegidas” e “América Latina”, usadas em combinação, nos idiomas português e espanhol. Para sistematizar o arcabouço teórico levantado foi utilizada a ferramenta de análise de dados qualitativos *ATLAS.ti* (Versão 9.1.7), um *software* alemão que possibilita organizar e gerenciar o referencial bibliográfico em unidades hermenêuticas, por eixos temáticos, reunindo autores e citações, facilitando, assim, a elaboração e interpretação de mapas conceituais.

Para além do referencial teórico latino-americano sobre o tema, esse artigo se baseia, ainda, nas reflexões decorrentes do processo de observação participante durante a imersão nas experiências comunitárias no campo de pesquisa, o PECS, entre 2021 e 2023, registradas em Caderno de Campo, no sentido de colocar em prática o exercício de reconstrução epistêmica sobre o tema em foco, a partir das realidades vividas.

Para compreender os significados do lazer pela perspectiva comunitária no contexto estudado, adotou-se, como caminho, o “plantio” da escuta sensível (BARBIER, 1998; CERQUEIRA *et al.*, 2011). Esse método possibilita o exercício de descolamento do conjunto de valores, significados e referências próprios do pesquisador, para que esse possa se aproximar da enunciação do interlocutor, construída

a partir de sua concepção de mundo e experiências significativas vividas. A escuta sensível, nessa pesquisa, se apoiou em perguntas gerativas sobre o tema em foco, buscando compreender a prática do lazer em suas múltiplas dimensões, a partir de uma perspectiva situada e contextualizada na realidade do território adotado para o estudo.

O processo de escuta teve abordagem individual, embora, em alguns casos, em função da idade do colaborador e das dificuldades de deslocamento, algum membro da família tenha participado como interlocutor. A seleção dos colaboradores da pesquisa seguiu a orientação da rede de indicações (COSTA; MENDES, 2014), na qual um interlocutor indica um outro, permitindo ao pesquisador seguir os rastros das redes de relações estabelecidas entre os grupos sociais, no território estudado.

Para a produção dessas narrativas, foi solicitada, ainda, a permissão para a gravação de voz em dispositivo eletrônico, nos encontros com os colaboradores da pesquisa. Os registros auditivos foram transcritos na íntegra e revisitados, na sequência, pela pesquisadora. Com esse direcionamento, buscou-se identificar as percepções comunitárias sobre o lazer, além de registrar as práticas culturais envolvidas, experimentadas na dimensão local do cotidiano desse grupo social.

Após a imersão e leitura atenta das narrativas caíçaras obtidas em campo, foram definidos, *a posteriori*, 12 eixos interpretativos sobre os significados do lazer caíçara e, na sequência foram selecionadas algumas dessas narrativas que ilustram os argumentos defendidos em cada uma dessas vias interpretativas.

A partir da inserção no território, foi possível, ainda, participar de celebrações coletivas, manifestações para a reivindicação de direitos, encontros com fins de sociabilidade, intervenções pedagógicas comunitárias, entre outras iniciativas locais.

Para a sistematização e análise do material obtido, três etapas foram desenvolvidas, com base em Análise de Conteúdo (BARDIN, 2016): 1) Organização e leitura do material obtido em campo; 2) Definição de categorias temáticas, *a posteriori* em 12 eixos temáticos de análise; e, 3) Interpretação dos resultados, a partir das informações obtidas em campo, complementadas pelos levantamentos de fontes de dados secundários.

Com base nas etapas metodológicas descritas, a seguir, se pretende sintetizar as reflexões sobre o lazer comunitário, com foco nas populações caiçaras residentes na área de inserção do PECS.

Por uma Perspectiva Comunitária e Latino-Americana do Lazer em Áreas Protegidas

A sociedade industrializada, urbana e moderna, embora confrontada com questões complexas na contemporaneidade, parece ainda circunscrita no que Morin e Kern (1995) consideram como o “grande paradigma do Ocidente”. Este paradigma é regido por uma lógica disjuntiva e reducionista que destitui a realidade de suas dimensões sistêmica e integrada, reduzindo a complexidade dos fenômenos a matrizes coloniais-modernas de significados, como traduzido na cisão entre natureza e cultura (QUIJANO, 2005; WALSH, 2013; KRENAK, 2019).

No campo dos estudos sobre o lazer, especificamente, grande parte da literatura vem circunscrevendo esse debate às polaridades discursivas entre trabalho e lazer, tempo de uso compulsório e livre, produtividade e ócio, evidências claras da influência do pensamento eurocêntrico nesse campo (GOMES; ELIZALDE, 2012; AROSTEGUY, 2018). Isso porque, o pioneirismo dos autores europeus na discussão sobre o tema vem influenciando a percepção que reafirma ter sido a Revolução Industrial, no século

XVIII, o marco de emergência do próprio sentido de lazer que consagrou, também, a divisão social do trabalho (STOPPA; ISAYAMA, 2017; BAHIA, 2018). Mas essa é uma afirmativa a ser questionada, como parte dos mitos modernos, de acordo com o argumento defendido por Gomes (2017)⁵.

Essa via analítica simplista e linear, baseada em uma leitura homogeneizante sobre o tema, vem resultando em uma abordagem apenas superficial e marginal sobre o campo do lazer, subjugado ao debate sobre o tempo do trabalho remunerado, segundo um sentido funcionalista, em contrapartida às rotinas exaustivas do cotidiano contemporâneo, conforme reiteradamente discutido por Gomes *et al.* (2009), Arosteguy (2018), Maurício *et al.* (2021), entre outros. Essa perspectiva sobre o lazer, em oposição ao trabalho, vem conduzindo, frequentemente, ao que se poderia entender como a desvalorização do tempo livre (MARCELLINO, 2001), tendo em vista os valores engendrados pelo sistema produtivista em vigor, na origem de uma “sociedade do cansaço”, como discutido por Han (2017).

Nesse sentido, o autor enfatiza os adoecimentos psíquicos e a dificuldade relacional na atualidade, resultantes, em parte, da supervalorização e maximização do sentido de desempenho individual vinculado ao trabalho. Além disso, o significado de lazer em associação à necessidade de evasão e fuga do mal-estar civilizatório, incorre, não raro, no pressuposto de escolhas padronizadas e massificadas para usufruto do tempo livre (RAIMUNDO, 2019).

Sobre essa tendência à padronização, Bruhns (2000) discute que o discurso sobre o prazer, o divertimento temporário, assim como a exaltação do bem-estar, está

⁵ Isso implica, também, na necessidade de problematização sobre a origem do lazer, no contexto histórico de reconhecimento do tempo livre como direito trabalhista, a partir da reivindicação por melhores condições ocupacionais, incluindo férias remuneradas e redução das jornadas laborais, conforme frequentemente discutido na literatura especializada. Isso porque, essa perspectiva negligencia as possibilidades de práticas de lazer que antecedem esse marco histórico.

usualmente associado às práticas de lazer na natureza, muitas vezes por meio de um tipo de apelo que privilegia o hedonismo contemporâneo.

No caso da América Latina, em particular, a busca do usufruto do tempo livre em conexão com a natureza ocorre, em grande medida, em associação à experiência turística em áreas litorâneas, caracterizadas por elevada beleza cênica e paisagística (CRUZ, 2022), historicamente habitadas por povos e comunidades tradicionais e um dos focos prioritários para as políticas públicas de proteção da natureza, em termos de criação de UCs, no sentido de contenção do processo crescente de perda da biodiversidade no contexto latino americano.

Também por essa razão, o uso público das áreas protegidas (APs), em termos de iniciativas de lazer e turismo, pesquisa, educação e interpretação ambiental, em articulação aos demais objetivos de conservação da biodiversidade, vêm sendo cada vez mais valorizado, no plano de políticas públicas (VALLEJO, 2015). E mesmo que a apropriação coletiva das APs possa viabilizar vivências espirituais, culturais e pedagógicas que se concretizem como vias potenciais para a sensibilização da sociedade para o sentido de pertencimento à natureza (IRVING, 2019; NASRI, 2021), o que se observa, recorrentemente, é a materialização, nessas áreas, do que se poderia denominar como “lazer simulacro”, que se efetiva pela via da mercantilização das culturas e das naturezas, decodificadas para serem “consumidas”, por meio de espetáculos recreativos, sobretudo, para atender às demandas das classes média e alta urbanas durante o tempo livre (RAIMUNDO, 2019).

É importante também considerar, nesse contexto, os impactos e riscos que a visão colonial de mundo, orientada pela indústria do entretenimento e dirigida ao fomento do lazer e ao turismo de massa em APs vêm gerando nos territórios, traduzidos

pela valorização comercial do solo, a especulação imobiliária, os processos de gentrificação, além de gerar como resultado incentivos perversos aos fluxos excessivos de veraneio e, sobretudo, passivos de exclusão social e invisibilização das comunidades locais (CRUZ, 2022). Além disso, a espetacularização desses ambientes pela via do mercado contribui para reforçar o sentido de cisão entre natureza e cultura, privilegiando a difusão de uma perspectiva ocidental-moderna nesses territórios, desvalorizando os modos de vida das comunidades locais.

Tendo em vista a importância de se considerar outras visões de mundo conectadas à leitura das APs como “bens de uso comum” (RODRIGUES; IRVING, 2015), associadas ao sentido de indissociabilidade entre natureza e cultura, em um horizonte prospectivo de reconstrução de políticas públicas no contexto atual do país, se defende, neste artigo, uma nova via interpretativa para o lazer associado às APs. Uma via situada em uma perspectiva inclusiva e plural de abordagem conectada, também, ao compromisso de engajamento social, valorização das culturas locais e participação efetiva dos atores envolvidos no processo de decisão, visando ainda uma construção epistemológica comunitária e latino-americana para o lazer.

Nesse movimento de escavação epistemológica visando desvelar outras leituras possíveis para o lazer em APs, convém destacar que, no cotidiano de muitos povos e comunidades tradicionais da América Latina, não se distingue o tempo de trabalho daquele sem as obrigações laborais, familiares e domésticas, por exemplo. Desse modo, no caso de grupos sociais nos quais o modelo de produção e consumo não está diretamente submetido à lógica do capitalismo, os aspectos lúdicos, espontâneos, criativos e hedônicos, em geral associados ao lazer, frequentemente integram as relações de trabalho, que não estão, obrigatoriamente, dissociadas das demais

dimensões da existência cotidiana, como aquelas referentes à fruição da cultura, à vivência espiritual e sacra, à experimentação dos jogos e brincadeiras, cantos e danças, à convivialidade e ao aprendizado individual e coletivo (AROSTEGUY, 2018).

Por essa razão, o reconhecimento da organização das práticas comunitárias nos diversos territórios da América Latina, permite que se apreenda o lazer como uma necessidade humana e uma via para a interação social, no cotidiano (GOMES, 2014). Considerado uma expressão da cultura, o lazer representa, portanto, um espaço-tempo de vivência, experimentação e reedição social dos símbolos, representações, cultos, ritos e mitos que criam um sentido de identidade partilhada entre os indivíduos e, entre as comunidades envolvidas. Por essa lente interpretativa, o lazer constitui uma importante dimensão da vida humana (GOMES; ELIZALDE, 2012).

No entanto, ainda segundo os mesmos autores, parece haver uma dificuldade concreta para a apreensão e para a sistematização de práticas de lazer associadas à cultura popular, devido ao fato de que as festas, celebrações, jogos, expressões corporais e as experiências de sociabilidade, embora expressem significados singulares para aqueles que os praticam, por vezes, não estão definidos por meio de uma terminologia específica ou análoga à *leisure*⁶ ou *loisir*⁷, conceitos internacionalmente cunhados para designar essas práticas, segundo a mesma lógica que aqui se problematiza.

Para que esse movimento seja possível, parece fundamental partir de um olhar atento aos distintos sentidos e significados atribuídos ao lazer, considerando, ainda, a sua prática como um processo singular, em uma dinâmica de espaço-tempo que tende a permitir a reinvenção de si, do outro e do ambiente que sustenta o processo. Por essa via, pode-se reconhecer o lazer como um caminho possível para uma certa subversão

⁶ Termo de origem inglesa.

⁷ Termo de origem francesa.

com relação às matrizes binárias e redutoras de significados da realidade, consolidadas pela lógica capitalista, segundo o viés neoliberal vigente e a imposição epistêmica ocidental.

Considerando os argumentos expostos, cabe reconhecer, na arena epistemológica e no plano da ação política, uma tensão permanente entre as ideologias que alimentam e retroalimentam a tendência ao denominado “lazer simulacro”, a partir de estratégias de espetacularização da natureza e invisibilização das culturas; e, por outro lado, as potentes resistências comunitárias que protagonizam iniciativas para valorizar e difundir sua história e cultura, por meio do lazer, conforme se discute, a seguir, no caso do Parque Estadual da Costa do Sol.

A Prática do Lazer no Parque Estadual da Costa do Sol (PECS)

O PECS representa uma das principais UCs de Proteção Integral do estado do Rio de Janeiro, tendo sido criado em abril de 2011, pelo Decreto N° 42.929, por demanda popular, com o objetivo de preservar remanescentes de Mata Atlântica e outros ecossistemas marinhos e continentais associados, e apoiar a recuperação de áreas já degradadas na região (RIO DE JANEIRO, 2011), estando sob a responsabilidade administrativa do Instituto Estadual do Ambiente (INEA), no estado do Rio de Janeiro.

A configuração espacial do PECS está pedagogicamente apresentada na **Figura 1**, a seguir.

Figura 1: Figura esquemática do Parque Estadual da Costa do Sol



Fonte: Rio de Janeiro (2019).

Esse é um parque emblemático para o estado não apenas pela biodiversidade que abriga, mas por suas belezas cênicas e paisagísticas, situando-se em uma das principais regiões indutoras de fluxos turísticos de “*Sol e Praia*”, além de ser uma das mais visitadas no contexto brasileiro e internacional.

Assim, o turismo promovido na região, orientado pela tipologia de lazer balneário, envolve atividades náuticas de mergulho, *stand up*, *windsurf*, *kitesurf* e passeios de barco, sendo esse o principal vetor do desenvolvimento econômico regional, mas, também, uma das principais fontes de riscos à dinâmica socioambiental local. O município de Armação dos Búzios, por exemplo, parcialmente abrangido pelo parque, é um ícone para o turismo de “*Sol e Praia*” na região e concentra, aproximadamente, 10%

de todo o fluxo de turistas estrangeiros no Brasil (IOT, 2018), induzindo fluxos massivos e sazonais de visitantes para toda a região do PECS.

Também por essa razão, essa é a região com um dos maiores índices de crescimento em densidade demográfica no território fluminense, nas últimas décadas (IBGE, 2010). Esse processo parece remontar ao início da década de 1950, quando se intensificou o movimento de veraneio na região, onde até então, concentravam-se apenas comunidades de pescadores artesanais, caiçaras e quilombolas em vilas que se tornaram foco das segundas residências, dirigidas à população com alto poder aquisitivo oriunda das metrópoles (FONSECA, 2011).

Essa tendência representa, portanto, um sério risco para a integridade dos ecossistemas regionais associados às paisagens da zona costeira, envolvendo praias, lagoas, lagunas, ilhas, grutas, fendas, pontais, costões rochosos e dunas, protegidos por, aproximadamente, 40 UCs de Proteção Integral e Uso Sustentável (MMA, 2024), sendo algumas delas, inclusive, sobrepostas ao PECS, o que se configura como um mosaico não-formalizado de áreas protegidas.

Além dos riscos associados aos empreendimentos turísticos e imobiliários para a integridade dos ecossistemas locais, um importante desafio para o desenvolvimento regional, refere-se à limitada infraestrutura de fornecimento dos serviços de água, energia e saneamento básico fortemente pressionada pelos elevados fluxos de população flutuante na região, o que se traduz em um dos piores indicadores do abastecimento desses serviços do estado do Rio de Janeiro (DIAS, 2010; RIO DE JANEIRO, 2015). Desse modo, a escassez temporária dos serviços básicos, devido ao turismo e lazer massivos, tende a causar graves prejuízos para o cotidiano dos residentes que, muitas

vezes, deslocam-se dali durante o período de férias e feriados prolongados para outros municípios que não enfrentam o mesmo tipo de problema.

Vale ainda mencionar que diante da crescente valorização das áreas, com vegetação natural principalmente próximas ao mar, historicamente ocupadas por povos e comunidades tradicionais, vem ocorrendo também, um processo de gentrificação, que vem resultando, por consequência, na exclusão desses atores sociais para pontos periféricos das cidades, afastados do litoral (ALCÂNTARA, 2018; NAZARIO, 2022), em função da instalação, na região, de moradias de classes com alto poder aquisitivo, o que vem gerando, conseqüentemente, a elevação dos custos de vida locais (TEIXEIRA, 2017). Nesse movimento excludente, cabe enfatizar que muitas das APs da região estão parcialmente sobrepostas, a territórios tradicionais de pescadores artesanais, populações caiçaras, marisqueiras e 11 comunidades quilombolas (FCP, 2024).

Assim, apesar de abrigar uma considerável riqueza, em termos de patrimônio natural e cultural importantes desafios precisam ainda ser enfrentados, no sentido de ordenamento das práticas de lazer e turismo de massa, que vem contribuindo para a geração de elevados níveis de tensões e passivos sociais regionais.

Esse cenário tende a dificultar e, por vezes, ainda, inviabilizar, a continuidade das práticas tradicionais, entre as quais, aquelas associadas à pesca e à coleta de mariscos, entre outras. Assim, a dinâmica socioeconômica regional expressa desde a década de 1960, principalmente pela extração de sal e captura de pescados (DIAS, 2010; RIO DE JANEIRO, 2010) vem sendo intensamente transformada nos últimos anos, com a predominância atual de atividades associadas à indústria do petróleo e gás, à prestação de serviços vinculados ao comércio dirigido ao turismo e ao mercado imobiliário (IBGE, 2010; IOT, 2018).

Nesse contexto de crescente “espetacularização da natureza” para o mercado e invisibilização das culturas locais, em 2021, foi criada uma associação para a salvaguarda da cultura caiçara que reúne mais de 80 lideranças da região que buscam o reconhecimento enquanto comunidade tradicional. De acordo com Diegues (1988), caiçaras são comunidades situadas no litoral dos estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro, cujos modos de vida estão conectados ao mar, destacando-se pela atividade, sobretudo, pesqueira. As práticas de lazer desse grupo social, analisadas por meio da produção de narrativas, representam o cerne da presente pesquisa cujos resultados estão sistematizados a seguir.

INTERPRETANDO OS SIGNIFICADOS CONTRA HEGEMÔNICOS DO LAZER NO PECS

Quadro 1: Matriz-síntese sobre os significados de lazer por meio das narrativas caiçaras na área de inserção do PECS.

Eixos Analíticos	Significados	Narrativas caiçaras
Luta, resistência, reivindicação, subversão e micropolítica comunitária.	O lazer é compreendido como uma via potencial para o questionamento das estruturas sociais que, não raro, reproduzem formas históricas de violência e opressão. As lutas socioambientais e as reivindicações, por meio das manifestações políticas, das ocupações de terras e demais intervenções no território, buscam dar visibilidade e reconhecimento aos direitos das comunidades locais e ao valor de seu patrimônio sociocultural, além de delinear caminhos para a transformação da realidade. As micropolíticas comunitárias desempenham importante papel no sentido de construir “soluções artesanais” e coletivas, de base local, para os desafios cotidianos frente às forças hegemônicas no território.	“As mulheres, dentre as suas ações, querem prover a cultura através da contação de histórias vivenciadas pelas próprias caiçaras, a preparação de comida típica, o artesanato e, principalmente, a vivência durante anos da pesca e da agricultura cultivada nas roças. Desde então, um grupo luta para resgatar a cultura da nossa cidade voltando às origens das mulheres que, além de trabalhar fora, elas eram responsáveis pela casa, pelos filhos, eram lavadeiras, cozinheiras, arrumadeiras, fazedoras de rede de pesca, lavadoras, fabricantes de farinha, escaladeiras, confeccionadoras de esteiras, enfim, jamais poderiam ter sido de pouca importância para a história econômica e social. Então, a gente vem lutando esse tempo todo para isso, para salvar a nossa história”.
Afirmção do direito constitucional, exercício de cidadania e democracia	Como direito constitucional no contexto brasileiro e em demais países da América Latina, a prática do lazer é interpretada como uma via para o exercício de cidadania e participação no campo das negociações cotidianas dos significados e símbolos da cultura. Abrange implicação nas decisões coletivas, nos acordos sociais e no exercício de convivência comunitária. Reafirma, ainda, valores e objetivos prioritários do coletivo, buscando combater a exclusão social, a iniquidade e as injustiças no contexto latino-americano. Pode ser entendido como oportunidade para a reflexão atenta, no sentido de outros <i>modus operandi</i> e <i>vivendi</i> que possam, por sua vez, inspirar políticas públicas inclusivas.	“A gente está pedindo ao prefeito para cuidar daquele poço, porque aquele poço tem uma memória afetiva muito grande e pode virar um ponto turístico. A gente está pedindo para ele fazer um ponto turístico-cultural, porque ali pode ter alguém contando a história do poço (...) Então, a nossa luta é essa. A gente está pedindo. Tem lugares que o poço está completamente abandonado, você viu. Totalmente abandonado! Uma memória afetiva muito linda. O poço fez parte da história das mulheres. Contando sobre o poço, a tradição. A história das lavadeiras do poço é um evento que acontecia na comunidade caiçara, onde as mães lavavam as roupas, enquanto as crianças brincavam, e as filhas traziam as comidas de casa e, também, aprendiam a lavar as roupas. Um legado de uma cultura tradicional caiçara”.
Emancipação, autonomia e liberdade de expressão	Em oposição à tendência das longas jornadas de trabalho, o lazer é compreendido, segundo uma dinâmica de espaço/tempo privilegiado para o desenvolvimento da autonomia, da capacidade crítica e da emancipação do	“O que falta para a gente avançar no turismo aqui dentro? É uma consciência de classe, mais do que uma consciência de classe, (...) é conhecimento de mundo. É leitura de mundo.

	<p>sujeito e dos coletivos. Por representar potência de ação no sentido de desafiar a lógica produtivista e a manutenção do <i>status quo</i>, sua expressão tende a ser controlada socialmente pela indústria de massa que mercantiliza e despolitiza o lazer ou pelas instituições religiosas que o associam ao “pecado”. No entanto, o incentivo à sua prática pode contribuir para delinear desenhos alternativos de autogestão do território, empoderamento coletivo para a coprodução da realidade, além de sistemas econômicos circulares e solidários.</p>	<p>Quem eu sou na sociedade? Aonde eu posso chegar na sociedade? O que eu quero alcançar? A sociedade tem que me encurralar nesse lugar? Não, a sociedade não tem que me encurralar nesse lugar. Ninguém tem que me encurralar nesse lugar. Eu posso ir, aonde eu quiser ir”.</p>
<p>Identidade coletiva, memória social e vivência compartilhada da cultura.</p>	<p>Por representar a expressão da cultura, o lazer representa uma dinâmica de espaço/tempo de vivência, experimentação e reedição social dos símbolos, representações, cultos, ritos e mitos que criam um sentido de identidade comum. A produção de narrativas e histórias orais, ao integrar a memória social, permite salvaguardar e transmitir saberes que fornecem sentido às práticas cotidianas. Além disso, os pactos e as normas comunitárias são elaborados e reelaborados a partir das compreensões individuais e coletivas sobre a gestão e ocupação do território.</p>	<p>“A gente se senta ali no píer e escuta o pessoal contar a história toda errada. A gente fica olhando e pensando: ‘como as pessoas podem contar uma história que não é verdadeira?’. Conta que aqui foi a casa de Roberto Carlos etc. Por que não conta que aqui foi a casa de uma pescadora que lutou? Querem contar uma coisa que, para a gente, não faz sentido”.</p>
<p>Convivialidade, compartilhamento, solidariedade, sentimento de pertença e afetividade.</p>	<p>No contexto de valorização da vida em comunidade, como contraponto ao individualismo e à competitividade que caracteriza, em grande medida, a perspectiva homogeneizante de mundo, o lazer comunitário pode contribuir para estreitar os laços sociais, produzir afetos que fortalecem o sentido de pertencimento ao “comum”, além de pactos construídos segundo uma ética orientadora da vida no coletivo. Além disso, tende a contribuir para os processos de organização e reprodução comunitária, inspirando, inclusive, tecnologias sociais para o equacionamento dos desafios locais.</p>	<p>“De criança, fomos criados com toda a família se dando bem, tudo junto. A criançada aqui, nesse poço, que lavava. A gente levava para nossa mãe a comida, ela deixava em casa, então a gente trazia a comida para mãe da gente aqui. Se tinha um, dois, três, quatro, comia todo mundo a mesma comida. Todo mundo compartilhava uma comida só, porque todo mundo era uma família só. Era assim”.</p> <p>“A gente conhecia todo mundo...vizinho...era muito gostoso. Hoje em dia com esses loteamentos que eu te falei, a gente se perde um pouco, tem muita gente de fora, né. Uma pena!”.</p>
<p>Ludicidade e experimentação social.</p>	<p>Em resposta à racionalidade que esteriliza a vida, as festas, os jogos, a dança, a música, a poesia, e a pintura, teatros de rua, celebrações populares, a prática de conversação, as atividades desportivas, entre muitas outras manifestações sociais, constituem oportunidades e expressões de fruição lúdica da cultura, em seus aspectos espontâneos e hedônicos.</p>	<p>“Festa típica, o Reis de Boi. Entrava uma pessoa embaixo, ninguém sabia quem era. Ia juntando as pessoas, com música, por fora. Ia juntando gente. Quando via era mais de 30, 40 pessoas. Só um entrava embaixo do Boi e revezava com alguém quando estava cansado. Então tinha essa festa muito boa”.</p>
<p>Saúde integral, desenvolvimento</p>	<p>Quando integrado às demais dimensões da existência, incluindo o trabalho, o lazer pode inspirar práticas de cuidado, conectadas à perspectiva do “Bem-</p>	<p>“E aqui, era, se minha mãe ganhasse neném, as vizinhas iam lá para casa ajudar a cuidar, lavar roupa, arrumar a casa. Era todo</p>

humano e qualidade de vida.	Viver”, segundo o compromisso de qualidade de vida para todos, considerando ainda a noção de saúde integral e valorizando os saberes tradicionais das parteiras, erveiras e rezadeiras. Por essa perspectiva, o lazer pode contribuir para influenciar a construção de sistemas de valores e a mudança comportamental associadas ao compromisso de desenvolvimento individual e coletivo.	mundo assim, se ajudava. Hoje em dia você fica doente, ninguém sabe, ninguém fica sabendo. Cada um no seu quadrado. Eu lembro que minha tia morava por aqui, aí minha tia era parteira. E minha prima estava ganhando neném. E minha tia falava: “Ó, a cegonha vai trazer o neném.” Todo mundo ficava do lado de fora, esperando a cegonha chegar para trazer. E a gente não via nada, daqui a pouco ouvia uma criança chorando dentro de casa”.
Intervenção socioeducativa, educação popular e transmissão de saberes e práticas.	As filosofias comunitárias que proporcionam sentido de coesão ao grupo fundamentam as práticas de lazer e a decodificação de ensinamentos ancestrais sobre os modos de ser e agir no coletivo. As lideranças comunitárias estão à frente da condução dessas práticas e fazem circular a transmissão de saberes tradicionais. Canais de comunicação são estabelecidos com esse objetivo e aprendizagens compartilhadas ocorrem no grupo, para o desenvolvimento das capacidades analíticas e críticas coletivas.	“Você vê agora que estão até chamando a gente para contar a história nas escolas. A gente já está tendo convite de levar a história para os alunos. A nossa intenção é essa também, fazer um livro para que as crianças saibam o que aconteceu antes. A nossa intenção é essa e a gente já está sendo reconhecido. O povo já está sabendo que as caiçaras existem. O pessoal pergunta o que é caiçara. Caiçara é quem nasce em frente à praia, ao mar, filha de pescador, porque a gente faz parte da pesca também”.
Conexão, espiritualidade, culto ao sagrado e misticismo.	Práticas introspectivas de meditação, relaxamento, contemplação, conexão espiritual com a natureza e consigo mesmo e experiências transcendentais constituem a prática coletiva do lazer que não estão apenas circunscritas à dimensão da cognição. Extrapolam os limites da razão e da ciência, para se constituir em elementos subjetivos e mágicos que animam e dinamizam as crenças e a reverência ao sagrado, contribuindo para a construção de relações éticas também com os elementos não-humanos.	“Minha mãe, quando pescava, ela disse que ela vinha lá com a amiga dela, veio um Boi Tatá pelo mato quebrando tudo, com uma tocha na mão por dentro do mato. E elas corriam, corriam...Elas disseram mesmo que era o Boi Tatá. Não era história de pescador, não. Falavam mesmo que era o Boi Tatá. Elas tinham medo. Tinham medo. E o Boi Tatá, por dentro do mato, quebrando o mato todo, só deixava elas quando chegava aqui no Campo. É muito bom mesmo, contar essas histórias”. “Quando tinham sete filhos e o sétimo não era doado, ele virava Lobisomem, aí tinham aqueles valões nas ruas, onde os porcos ficavam e os Lobisomens também se jogavam naquela lama. A gente dormia com as janelas abertas e via”.
Criatividade e inventividade.	Com a inversão da perspectiva analítica de mundo, práticas anteriormente interpretadas como antíteses ao trabalho e consideradas como improdutivas e periféricas pela lógica do pensamento ocidental dominante (como as artes e experiências de expressão corporal, por exemplo) passam a ser entendidas como	“Agora mesmo a gente está em um processo, em que o nosso sonho é ter a nossa sede, porque se chega um turista, a gente sabe contar a nossa história. Então é a gente deixar uma pessoa lá fazendo rede. Uma das mulheres fazendo rede e ensinando.

	vias para a criação de sentidos de estar no mundo, descortinando inúmeras possibilidades para a reinvenção de práticas comunitárias alternativas ao sistema hegemônico vigente.	Um lugar para a visitação, para as pessoas verem nossa história em um quadro, bordando a nossa história em um tapete para colocar em um quadro. Cada uma vai contando a sua história e a gente vai unindo. Uma costura mesmo. Você vai pegando os pedacinhos e contando: ‘ah, eu me lembro disso’. Uma se lembra de uma coisa, outra se lembra de outra coisa, daqui a pouco a gente faz uma parede inteira com a nossa história”.
Vivacidade, alegria e encantamento.	O reconhecimento apenas do conhecimento apreendido pela racionalidade cartesiana e comprovado cientificamente para explicar a realidade, está na base do desencantamento do mundo pelo ser humano, a partir da perda dos elementos subjetivos e imaginários que sustentavam, outrora, as relações de pertencimento à natureza e o sentido comunitário. A limitação da vida à engrenagem capitalista resulta, assim, no empobrecimento do sentido existencial. Em resistência a esse processo, o lazer contra hegemônico busca forjar vias circulares e inclusivas de produção da vida no território, além de favorecer o reencantamento dos espaços públicos, por meio de sua significação, apropriação e ocupação coletivas.	“Essa terra é maravilhosa. Eu sou encantada, não dá para dizer o contrário. Dá para ver. Quero trazer essa história. Mas não é um turismo com objetivo de explorar o turista, mas de informar o turista. Educativo”.
Devoção e indissociabilidade com a natureza.	O lazer entendido como prática desenvolvida com base no sentido de indissociabilidade entre o ser humano e a natureza, considerada como sagrada e vital, de significado devocional e ancestral. Nesse caso, tanto o trabalho quanto o lazer estão associados ao sentido de pertencimento à natureza que inclusive tende a garantir a segurança alimentar e hídrica. Assim, um processo conduzido com sabedoria e reverência aos ciclos de regeneração natural da terra, no sentido de práticas sustentáveis e duradouras em um horizonte de longo prazo.	“Por isso, se você me perguntar onde é o meu psicólogo, eu digo para você onde é que é. Eu dou boia para todas as minhas amigas e a gente fica boiando no mar. Eu tenho um monte de boia, aí eu amarro aqui e amarro ali, quando está ventando, e a gente fica tudo de rodinha brincando ali de relaxar. Já tem quase um mês que eu não mergulho. Já estou ficando assim, estressada”. “Eu não brigo com as pessoas, eu só defendo o mar. As pessoas vêm para cá e falam mal da maresia quando o mar está brabo, mas o mar e o vento têm sentimentos”.

Fonte: Elaborado pela autora (2023), com base na observação participante em iniciativas comunitárias, registradas em Caderno de Campo e complementadas pelas leituras de Gomes *et al.* (2009), Carvalho (2010), Gomes (2014), Costa e Mendes (2014), Bispo dos Santos (2015), Krenak (2019), Raimundo (2019), Rufino (2019), Simas (2021), Maurício *et al.* (2021) e Ferdinand (2022).

A partir da síntese do quadro anterior que sistematiza algumas das narrativas comunitárias sobre o lazer é possível afirmar que a leitura eurocêntrica sobre o tema não é capaz de abranger a complexidade envolvida em sua prática nos territórios do *Sul Global*. Isso porque são múltiplos e plurais os significados sobre o lazer que permeiam os campos de discussão da educação popular, das práticas de saúde integral, das vias de constituição identitária, das complexas relações com a natureza e com o sagrado, entre tantas outras nuances da vida em coletividade. Nesse sentido, as diversas dimensões existenciais parecem estar integradas e fluidas no cotidiano e não podem ser entendidas dissociadas da dinâmica social, em seu sentido mais amplo.

Além disso, a prática do lazer tende a contribuir para a reinvenção de modos de convivialidade, em um movimento de fortalecimento dos vínculos afetivos que estão sujeitos a tentativas de esgarçamento e dilaceração, como resultado das lógicas capitalista e neoliberal no território. Outro ponto importante a ser considerado nesse debate se refere às pressões exógenas ao território, que buscam “esterilizar”, homogeneizar e desencantar a vida no *Sul Global*, com base em dispositivos de opressão e dominação historicamente construídos, sob uma perspectiva colonialista.

Na contramão desse movimento, as práticas comunitárias de lazer tendem a contribuir para um sentido de espontaneidade, hedonismo e fruição lúdica da cultura, no sentido de potencializar as vias de reafirmação e recriação da vida no coletivo. Assim, pode-se afirmar que a prática do lazer expressa, por essa via, uma dimensão de espaço-tempo não fragmentada, incorporada à própria realidade das comunidades envolvidas, como um caminho viável para o reencantamento da vida comunitária.

Também por essa razão, a observação atenta e a escuta sensível, parecem representar caminhos potentes para a compreensão da perspectiva contra hegemônica

sobre o lazer, não a partir da replicação e difusão de conceitos já pré-concebidos, mas sim, por meio da apreensão da própria realidade vivida, na imersão do “aqui e agora” nos próprios territórios.

Considerações Finais

Com base na discussão proposta neste artigo, parece possível afirmar, na região de inserção do PECS, a dinâmica de expressão de uma diversidade de lazeres como práticas contra hegemônicas, experimentadas pelos coletivos de povos e comunidades tradicionais, entre os quais, os caiçaras foco prioritário de observação na presente pesquisa. Esses partem de outras perspectivas de mundo, outros valores culturais, além de vivenciar, em seu cotidiano, uma outra relação - intrínseca e indissociável - com as naturezas.

Os resultados obtidos ilustraram, ainda, que os elementos lúdicos, hedônicos e prazerosos, associados à prática do lazer pelas sociedades do *Norte global*, com base em uma noção de tempo e espaço desconectada das demais dimensões da vida e da rotina cotidiana, não é reconhecida e/ou decodificada do mesmo modo pelo grupo caiçara estudado. Isso porque, no contexto do *Sul Global*, a prática do lazer está articulada à construção de sociabilidades, resistências no território e modos tradicionais de trabalho, como a pesca, a coleta de mariscos e frutos, além da produção de artesanatos.

Isso não significa dizer que as atividades laborais não são entendidas como penosas e que o cotidiano comunitário não é difícil. No entanto, o brincar-coletivo parece suavizar a dureza do cotidiano e reencantar a realidade que o sistema hegemônico capitalista vem desencantando. Com essa perspectiva, o lazer pode adquirir um outro sentido e significado, uma vez que essa prática comunitária não é orientada

pela lógica do mercado, mas sim, por uma perspectiva humana e afetiva de mundo. Em outras palavras, parece possível afirmar que o lazer, com base em cosmovisões plurais e diversas, representa uma via potencial para a abertura a desvios da captura empreendida por dispositivos racionalistas e economicistas de ordenamento do poder nos territórios, que desencantam e despotencializam a experimentação da vida.

É justamente nesse sentido que o lazer pode ser considerado uma brecha, ou ainda, uma fresta de espaço-tempo lúdico, para questionar e buscar transformar, no âmbito das coletividades, o colonialismo do poder e do saber que tensiona historicamente as comunidades do *Sul Global*. Sob esta ótica, em contextos considerados minoritários, periféricos e subalternizados, mas que abrangem, na verdade, a maior parte da população do *Sul*, a prática do lazer pode oportunizar construções contra hegemônicas, com base na alteridade de modos de ser e se relacionar com o mundo. Assim, a prática do lazer, experimentada em outras bases daquelas ocidentalizadas, parece potencializar a construção de relações de pertencimento às culturas e às naturezas, desmistificando relações cartesianas-dicotômicas nesse sentido.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, M. F. de. Gentrificação. In: **Enciclopédia de Antropologia**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia, 2018. Disponível em: <<http://ea.fflch.usp.br/conceito/gentrificacao>>. Acesso em: 18 abr. 2021.

AROSTEGUY, A. **Território e experiências culturais**: apropriações do lazer em dois “Pontos de Cultura” de Belo Horizonte/MG. Tese (Doutorado) - Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, UFMG. Belo Horizonte, 2018. 187p.

BAHIA, M. C. (Orgs). **Novas leituras do lazer contemporâneo**. Belém: NAEA Editora, 2018. 162p.

BARBIER, R. A escuta sensível na abordagem transversal. In: BARBOSA, J. (Coord). **Multirreferencialidade nas Ciências e na Educação**. São Carlos: Editora da UFSCar, 1998. p.168-199.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70. 2016. 276p.

BISPO DOS SANTOS, A. **Colonização, quilombos: modos e significações**. Brasília: INCT. 2015. 151p.

BRUHNS, H. (Orgs). **Temas sobre lazer**. Campinas, SP: Autores Associados, 2000. 156p.

CARVALHO, J. J. de. ‘Espetacularização’ e ‘Canabalização’ das culturas populares na América Latina. **Revista Antropológicas**, ano 14, vol.21, p.39-76, 2010.

CERQUEIRA, T. C. S. (Orgs). **(Con)textos em escuta sensível**. Brasília: Thesaurus, 2011. 198p.

COSTA, S. L.; MENDES, R. (Orgs). **Redes sociais territoriais**. Editora FAP-UNIFESP. 2014. 221p.

CRUZ, R. de C. A. da. Notas sobre a relação entre fascismo, fascismo social e turismo no Brasil. In: VIEIRA, A. B.; MORETTI, E. C.; LAMOSO, L. P. (Orgs.) **Território, economia e política**. 1. ed., Porto Alegre, RS: Total Books, 2022, p. 9-22.

DIAS, H. C. **Costa do Sol e Resorts: Uma avaliação sobre os instrumentos legais referentes ao licenciamento de empreendimentos turísticos**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental, Instituto Federal Fluminense Campos. Campos dos Goytacazes, 2010. 84p.

DIEGUES, A. C. S. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. Editora HUCITEC: São Paulo, 1998.

FCP. Fundação Cultural Palmares. **Dados abertos**. 2020. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/> Acesso em: 25 mar. 2024.

FERDINAND, M. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. Tradução de Letícia Mei. São Paulo: Ubu Editora, 2022. 320p.

FONSECA, M. A. P. da. Turismo e divisão territorial do trabalho no Polo Costa do Sol/RJ. **Mercator**, Fortaleza, v. 10, nº 21, p. 121-132, jan./abr., 2011. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/487> Acesso em: 25 mar. 2024.

GOMES, C. L.; OSORIO, E.; PINTO, L.; ELIZALDE, R. (Orgs). **Lazer na América Latina/ Tiempo Libre, ocio y recreación en Latinoamérica**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. 398p.

GOMES, C. L. Mapeamento histórico do lazer na América Latina: Em busca de novas abordagens para os estudos sobre o tema. *In: ISAYAMA, H. F.; SILVA, S. R. (Orgs). Estudos do Lazer: um panorama.* Belo Horizonte: CELAR/UFMG, 2011. p.145-164.

GOMES, C. L.; ELIZALDE, R. **Horizontes latino-americanos do lazer.** Belo Horizonte, Editora UFMG. 2012. 343p.

GOMES, C. L. Lazer: necessidade humana e dimensão da cultura. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer.** Belo Horizonte, v. 1, nº 1, p.3-20. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/430> Acesso em: 25 mar. 2024.

GOMES, C. L. Estudos sobre a temática do lazer na América Latina: Um panorama. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação,** p.55-65, 2017.

HAN, B. C. **Sociedade do cansaço.** Tradução de Enio Paulo Giachini. 2ª Ed. ampliada. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017. 128p.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Portal do IBGE.** 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/> Acesso em: 13 mar. 2023.

IOT, Inventário da Oferta Turística do estado do Rio de Janeiro - **Região Costa do Sol.** Universidade Federal Fluminense. Secretaria de Estado de Turismo. 2018.

IRVING, M. de A. Áreas protegidas, inclusão, pertencimento e políticas públicas: Construindo uma nova ética para a conservação da biodiversidade no Brasil. *In: PHILIPPI JR., A.; SAMPAIO, C. A. C.; FLORIT, L. Ética socioambiental.* 2019.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo.** São Paulo: Companhia das Letras. 2019. 85p.

KRENAK, A. **O amanhã não está à venda.** São Paulo: Companhia das Letras. 2020. 25p.

MARCELLINO, N. C. **Lazer e humanização.** 5ª Ed. Campinas, SP: Papyrus Editora. 2001. 88p.

MASCARENHAS, F. **Entre o ócio e o negócio:** Teses acerca da anatomia do lazer. Tese (Doutorado em Educação Física) - Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Estadual de Campinas. Campinas - SP, 2005. 308p.

MAURÍCIO, J. S. de S.; EUGÊNIO, J. de O.; PAULA, J. A. de; SOARES, K. C. P. C.; NUNES, R. R. Lazer e a Opção Decolonial: diálogos teóricos e possibilidades de construções contra-hegemônicas. **Licere,** vol. 1, n. 24, p. 695-725, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/29756> Acesso em: 25 mar. 2024.

MMA, Ministério do Meio Ambiente. **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação - CNUC.** Disponível em:

<http://sistemas.mma.gov.br/portalcnuc/rel/index.php?fuseaction=portal.consultarFicha>
Acesso em: 25 mar. 2024.

MORIN, E.; KERN, A. B. **Terra-Pátria**. Tradução de Paulo Azevedo Neves da Silva. Porto Alegre: Editora Sulina. 1995. 181p.

NASRI, Y. X. G.; IRVING, M. de A.; OLIVEIRA, E.; COSTA, G. B. Uso Turístico no Parque Estadual da Costa do Sol (RJ, Brasil): Uma leitura sobre desafios e potencialidades. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, n. 14, vol. 4, p. 554-580, 2021. Disponível em: <https://www.each.usp.br/turismo/publicacoesdeturismo/ref.php?id=14147> Acesso em: 25 mar. 2024.

NAZARIO, G. **Revolta do Cachimbo: A luta pela terra no Quilombo da Caveira**. 1ª Ed. Cabo Frio, RJ: Sophia Editora, 2022. 231p.

QUIJANO, A. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. **Revista de Estudos Avançados**, v.19, n° 55, 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10091> Acesso em: 25 mar. 2024.

RAIMUNDO, S. **Em busca da sustentabilidade perdida: Lazer e turismo diante das desigualdades socioambientais**. Curitiba: Appris, 2019. 307p.

RIO DE JANEIRO. **Caderno de Turismo do Estado do Rio de Janeiro: passaporte para o desenvolvimento do Estado**. Rio de Janeiro: Fecomércio, 2010. ISBN: 978-85-62963-01-8.

RIO DE JANEIRO. Decreto Estadual nº 42.929, de 18 de abril de 2011. **Cria o Parque Estadual da Costa do Sol e dá outras providências**. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011. Parte I, p. 1. Disponível em: <http://www.inea.rj.gov.br/cs/groups/public/documents/document/zwew/mde4/~edisp/inea0018665.pdf#:~:text=Art.,e%20S%C3%A3o%20Pedro%20da%20Aldeia>. Acesso em: 25 mar. 2024.

RODRIGUES, C. G. de O.; IRVING, M. de A. Os significados de “público” e o compromisso de inclusão social no acesso aos serviços em apoio ao turismo em parques nacionais. In: IRVING, M. de A.; RODRIGUES, C. G. de O.; RABINOVICI, A.; COSTA, H. A. (Orgs.) **Turismo, Áreas Protegidas e Inclusão Social: Diálogos entre Saberes e Fazeres**. 1ª ed., Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, p.113-143, 2015.

RUFINO, L. **Pedagogia das encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019. 164p.

SIMAS, L. A. **O corpo encantado das ruas**. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021. 175p.

STOPPA, E. A.; ISAYAMA, H. F. (Orgs). **Lazer no Brasil: Representações e concretizações das vivências cotidianas.** Campinas, SP: Editora Autores Associados Ltda. 2017. 280p.

TEIXEIRA, J. G. **Turismo no Parque Estadual da Costa do Sol, RJ:** Relações e conflitos entre atividade turística, unidade de conservação e população local. Dissertação (Mestrado em Turismo) - Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2017. 176p.

VALLEJO, L. R. Uso público em áreas protegidas: atores, impactos, diretrizes de planejamento e gestão. *In:* VALLEJO, L. R.; PIMENTEL, D. de S.; MONTEZUMA, R. C. M. (Org). **Revista Eletrônica Anais Uso público em unidades de conservação.** UFF, p. 9-20. Niterói, 2015.

WALSH, C. **Pedagogías decoloniales:** prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Quito, Equador: Ediciones Abya-Yala, 2013. 553 p.

Endereço das Autoras:

Yasmin Xavier Guimarães Nasri
Endereço eletrônico: yasmin.nasri@hotmail.com

Marta de Azevedo Irving
Endereço eletrônico: marta.irving@mls.com.br

Samira Lima da Costa
Endereço eletrônico: biasam2000@gmail.com